

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA - SP

## Termo de Referência 106/2026

## Informações Básicas

Número do artefato UASG

106/2026 986595-PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA - SP

Editado por

Atualizado em

Status

CONCLUIDO

ANA CAROLINA GUISELLI ALVES 09/06/2026 16:29 (v 0.8)

## Outras informações

Categoria

Número da Contratação

Processo Administrativo

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

Solicitação 3608/26 e 3609/26

## 1. JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA

Tendo em vista as necessidades da Prefeitura Municipal de Jaguariúna - Secretaria de Mobilidade Urbana, faz-se necessária a aquisição de concreto usinado FCK e prestação de serviços de bomba para concretagem, visto que, é essencial para garantir a continuidade das obras públicas, utilizando concreto usinado de qualidade e serviços de bomba para concretagem que atendam às necessidades específicas de cada obra, proporcionando maior agilidade, precisão e segurança na execução das atividades.

Os itens descritos na requisição serão utilizados para suprir as necessidades da municipalidade.

## DOS FUNDAMENTOS PARA A MANUTENÇÃO DO LOTE ÚNICO

## A. Da Indissociabilidade entre o Material (Concreto) e o Serviço (Bomba)

A operação de concretagem em obras de infraestrutura urbana exige sincronia milimétrica. O concreto usinado FCK possui um tempo de pega e trabalhabilidade extremamente limitado (com tempo de transporte estipulado em até 45 minutos).

Se a licitação fosse dividida por itens individuais, haveria o risco real de o Município registrar o concreto de uma empresa (Itens 1 a 4) e o serviço de bomba de outra (Item 5). Na execução prática, se o caminhão betoneira da Empresa A atrasar, a bomba contratada da Empresa B ficará ociosa na obra, gerando cobranças de horas paradas contra a Administração. Inversamente, se a bomba da Empresa B quebrar, o concreto da Empresa A será perdido no canteiro de obras por decurso do tempo de aplicação.

A reunião dos itens em um Lote Único transfere integralmente a responsabilidade pela coordenação logística à empresa contratada, que responderá tanto pelo insumo quanto pelo bombeamento, eliminando o risco de o Município arcar com prejuízos decorrentes do desalinhamento entre fornecedores distintos.

## B. Da Facilidade de Fiscalização e da Responsabilidade Única por Defeitos e Patologias estruturais

O concreto é um elemento estrutural. Se, após a aplicação, uma calçada, via pública ou canalização apresentar rachaduras, quebras ou não atingir a resistência de FCK exigida, a divisão por itens individuais geraria um grave problema de responsabilização jurídica:

O fornecedor do concreto alegará que o defeito ocorreu porque o bombeamento demorou ou foi feito de forma inadequada.

O prestador do serviço de bomba alegará que o problema estava na qualidade do material entregue pela outra empresa. Com o Lote Único, estabelece-se a responsabilidade contratual única. Havendo qualquer vício na execução

ou na qualidade do pavimento, a Administração notificará uma única empresa detentora do lote, que não poderá se esquivar da obrigação de refazer a estrutura às suas expensas.

#### C. Da Inviabilidade Econômica da Fragmentação

A prestação do serviço de bomba estacionária (Item 5), de forma isolada, pode se tornar economicamente desinteressante para o mercado se o prestador não tiver a garantia de que também fornecerá o concreto (Itens 1 a 4). A margem de lucro e a diluição dos custos de transporte e mobilização de maquinário pesado estão diretamente atreladas ao volume total de concreto fornecido no mesmo lote. A separação por itens individuais poderia resultar no fracasso (restar deserto) do item relativo ao bombeamento.

#### REDAÇÃO FINAL DA CLÁUSULA DO EDITAL E DO TR

Para sanar a contradição apontada pelo órgão jurídico e consolidar a opção fundamentada pelo Lote Único, os documentos serão unificados com a seguinte redação:

"Cláusula X.X – Do Critério de Julgamento e Adjudicação: A presente licitação será processada pelo critério de julgamento de menor preço global por lote, sendo o objeto composto por 01 (um) LOTE ÚNICO, compreendendo a totalidade dos itens de fornecimento de concreto e prestação de serviços de bomba. Para fins de ampla competitividade, os licitantes deverão apresentar propostas para todos os itens integrantes do lote, sob pena de desclassificação."

#### CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, resta formalmente demonstrado que o parcelamento, neste caso concreto, violaria o princípio da eficiência, comprometeria a segurança técnica das obras viárias e geraria severo risco de prejuízo financeiro à Administração Municipal.

Encaminhe-se ao Departamento de Licitações e Contratos (DLC) para manter a previsão de 01 LOTE na cláusula 1.2 do edital, devendo esta justificativa técnica ser integrada aos autos para subsidiar o controle de legalidade.

## 2. DEFINIÇÃO DO OBJETO DO CERTAME:

Trata o objeto a aquisição de concreto usinado FCK e prestação de serviços de bomba para concretagem, com fornecimento contínuo e fracionado para o período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período conforme previsto no artigo nº 84 da Lei 14.133 de 2021.

O parcelamento dos itens deste certame se mostra uma opção viável, levando-se em consideração o mercado fornecedor, se verifica benefício no parcelamento dos itens, uma vez que levaria a possibilidade de várias empresas ganharem, cada uma com um, ou mais itens.

Este procedimento licitatório se embasa no estudo técnico preliminar (ETP) desenvolvido para dar suporte técnico e legal.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de concreto usinado FCK, em atendimento às demandas de execução, manutenção e recuperação de obras e serviços de engenharia realizados pela Administração.

A contratação deverá contemplar o fornecimento contínuo e parcelado do concreto usinado, conforme necessidade da Administração, observando as especificações técnicas definidas em projeto, memorial descritivo, normas técnicas aplicáveis e demais documentos que integram o processo de contratação.

O concreto deverá ser fornecido com resistência característica (FCK) compatível com as aplicações previstas, garantindo qualidade, homogeneidade, durabilidade e desempenho estrutural adequados às obras e intervenções executadas pela Administração.

Sob o aspecto operacional, a solução deverá assegurar:

- disponibilidade de fornecimento conforme demanda;
- entrega do material nos locais indicados pela Administração, dentro dos prazos estabelecidos;
- manutenção das características técnicas e de trabalhabilidade do concreto até sua aplicação;
- controle tecnológico e observância das normas técnicas pertinentes;
- apoio operacional necessário à adequada execução dos serviços;
- continuidade do abastecimento, evitando paralisações nas obras e serviços de engenharia.

A utilização de Ata de Registro de Preços para contratação do concreto usinado proporciona maior flexibilidade administrativa, permitindo contratações futuras e parceladas de acordo com a necessidade efetiva da Administração, evitando formação de estoques desnecessários e promovendo maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

Como resultados esperados da contratação, destacam-se:

- atendimento eficiente das demandas de obras e manutenção predial e urbana;
- melhoria da qualidade e da durabilidade das estruturas executadas;
- redução de atrasos e interrupções nos serviços de engenharia;
- maior agilidade na execução das intervenções necessárias;
- racionalização dos custos operacionais e logísticos;
- garantia de fornecimento de material com padrão técnico adequado;
- aumento da eficiência e economicidade nas contratações públicas.

Diante disso, a solução adotada mostra-se tecnicamente adequada e economicamente vantajosa, atendendo às necessidades operacionais da Administração e contribuindo para a adequada execução das atividades de infraestrutura e engenharia realizadas pelo órgão.

## 4. REQUISITOS DA AQUISIÇÃO

A aquisição está baseada no Pregão Eletrônico na modalidade Registro de Preços, portanto com validade de 12 meses a partir da assinatura da Ata.

Todos os materiais devem estar devidamente inclusos dentro dos requisitos mínimos de qualidade.

Os itens deverão ser entregues em perfeitas condições, de acordo com as especificações constantes na proposta da empresa, podendo o(a) gestor(a) recusar-se a recebê-los caso não estejam de acordo com o especificado, sem prejuízo das penalidades previstas nesta ata.

É de responsabilidade da empresa, o desembarque do concreto, devendo assim ter pessoal e maquinário para realizá-lo; caso seja necessário, será responsável também pelo embarque se houver devolução do concreto.

O concreto será recebido provisoriamente para verificação de especificações, quantidade, qualidade, prazos, preços e outros dados pertinentes. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o concreto foi entregue em desacordo com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, o fornecedor será notificado por escrito. Nesse caso, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento até que sanada a situação, quando ocorrerá um novo recebimento provisório e o reinício de contagem dos prazos.

No ato da entrega dos itens, os mesmos deverão estar acompanhados do respectivo documento fiscal, como também a empresa deverá apresentar prova de regularidade para com a Seguridade Social (CND/INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS/FGTS), sem o que a Administração poderá recusar o recebimento dos mesmos.

Após o recebimento provisório e sendo aprovados, será efetivado o recebimento definitivo, com assinatura nas vias da nota fiscal.

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, portanto os serviços não poderão ser terceirizados.

A contratada deverá estar apta a fornecer o serviço objeto deste procedimento licitatório de acordo com todas as normas e legislações pertinentes, atender plenamente este Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, Edital e Contrato.

A contratada fica obrigada a indicar um preposto que será responsável por supervisionar e fiscalizar os serviços executados pelos seus funcionários, bem como o uso dos EPIS (Equipamentos de Proteção Individual) e/ou EPCS (Equipamentos de Proteção Coletiva).

A contratada deverá incluir na sua planilha de custo todas as despesas operacionais decorrentes da execução dos serviços, bem como, todos os custos com a aquisição de equipamentos ou ferramentas necessárias para a correta execução dos serviços. Nos valores unitários de cada item a contratada deverá incluir os custos de transporte para os locais de execução dos serviços, alimentação, gastos com salários, décimo terceiro salário, férias, seguro de vida, encargos sociais, tributos, indenizações e seguros por acidentes e demais encargos sociais e/ou trabalhistas.

A contratada deverá apresentar Qualificação Técnica comprovada mediante a apresentação de atestado de capacidade fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para o fornecimento, compatível com o objeto licitado.

O atestado deverá ser assinado pelo representante legal da empresa ou órgão público e deve conter informações sobre a empresa contratada e como se deu o atendimento do que foi contratado, ou seja, sugerimos que contenham as seguintes informações:

- a. Dados da pessoa jurídica que o emitiu: CNPJ, razão social, endereço, e-mail, número do telefone, salvo para atestados emitidos por pessoa de direito público em papel timbrado do respectivo Ente;
- b. Dados da Licitante: razão social, CNPJ, endereço, e-mail, número do telefone;
- c. Quais os serviços que foram prestados ou quais produtos foram fornecidos;
- d. Quantidades, duração do contrato;
- e. Papel timbrado ou com carimbo do CNPJ.

Os atestados de capacidade técnica deverão comprovar os quantitativos mínimos exigidos para comprovação técnica no limite legal de 50% do quantitativo previsto para o certame (art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021);

A contratada deverá se comprometer a fornecer a quantidade mínima de concreto de 06 (seis) caminhões por dia, exclusivos para a Prefeitura, 02 (dois) para cada secretaria requisitante, sendo 03 (três) caminhões no período da manhã e 03 (três) caminhões no período da tarde, desde que agendados até às 17:00 horas do dia anterior.

O concreto usinado não poderá ter tempo de transporte superior a 45 (quarenta e cinco) minutos contados a partir da adição de água na usina até a entrega no local da obra, utilizando como referência para estimativa do tempo a sede administrativa da Secretaria de Mobilidade Urbana, localizada na Rua Júlio Frank, nº 1240 – Centro – Jaguariúna/SP – CEP: 13.910-019

A contratada deverá indicar o responsável técnico da empresa, atestando a qualidade do concreto cotado.

A contratada deverá apresentar, comprovação do Registro atualizado do Engenheiro responsável técnico no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, para todos os itens.

O profissional deverá fazer parte do quadro permanente da empresa licitante, na condição de empregado, diretor, sócio ou prestador de serviços (contrato com autônomo), obrigatoriamente comprovado através de documentação pertinente à condição.

A contratada deverá comprovar a devida licença de operação / CETESB, da usina de concreto e argamassa constante da proposta, expedida por órgão competente e vigente (exceto para o item 5).

## 5. EXECUÇÃO E FORNECIMENTO

A medição dos serviços será realizada com base nas quantidades efetivamente fornecidas e recebidas pela Administração, observando-se os quantitativos constantes das ordens de fornecimento emitidas e devidamente atestadas pela fiscalização contratual.

O fornecimento do concreto usinado FCK será aferido em metros cúbicos (m³), conforme volume efetivamente entregue nos locais indicados pela Administração e aceito pela fiscalização competente.

O fornecimento dos materiais será de acordo com as necessidades do requerente logo após a assinatura da Ata de registro de Preços pelo período de 12 (doze) meses e encaminhamento das notas de empenho;

A contratada se obrigará a realizar a entrega dos materiais em quantidades solicitadas, nos endereços indicados conforme solicitação as Secretaria de Mobilidade Urbana

As entregas deverão ocorrer em horário comercial de segunda a sexta das 8:00 às 17:00.

Constatando-se qualquer irregularidade e/ou deficiência no material entregue, será exigida a sua imediata substituição, considerando-se, para esse efeito, o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor todos os ônus decorrentes da retirada e reposição do material.

### **Critérios de Recebimento**

A Secretaria de Mobilidade Urbana emitirá nota de empenho para realizar a solicitação dos materiais a empresa vencedora, o prazo de entrega tem início a partir da entrega do empenho.

O prazo para cada entrega será de até 48 (quarenta e oito) horas, após recebimento da respectiva Nota de Empenho aprovada pela Secretaria de Mobilidade Urbana, e emitida pela Secretaria de Finanças, da qual constará a data de expedição, especificação, quantitativos, prazo e local para entrega, preço unitário e total.

O recebimento do objeto ocorrerá em conformidade com os seguintes procedimentos:

#### **a) Recebimento Provisório**

O recebimento provisório será realizado no ato da entrega do concreto usinado, mediante verificação preliminar das condições do material, quantitativos fornecidos, horários de entrega e conformidade aparente com as especificações contratadas.

Nesta etapa, a fiscalização verificará, dentre outros aspectos:

- compatibilidade do concreto fornecido com o FCK solicitado;
- quantidade entregue;
- condições de transporte e trabalhabilidade do material;
- apresentação da documentação exigida;
- cumprimento dos prazos estabelecidos.

#### **b) Recebimento Definitivo**

O recebimento definitivo ocorrerá após conferência técnica do material fornecido e verificação do cumprimento integral das exigências contratuais, mediante atesto da fiscalização responsável.

Constatada qualquer irregularidade, a Administração poderá rejeitar total ou parcialmente o fornecimento, determinando a substituição do material ou adoção das medidas corretivas cabíveis, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas contratualmente.

## **Documentos Exigidos para Medição e Liquidação**

Para fins de medição, liquidação e pagamento, a contratada deverá apresentar, no mínimo:

- nota fiscal/fatura correspondente ao fornecimento realizado;
- comprovante das quantidades efetivamente entregues;
- romaneio de entrega ou documento equivalente;
- ordens de fornecimento emitidas pela Administração;
- relatórios ou laudos técnicos, quando exigidos;
- certidões de regularidade fiscal e trabalhista válidas, conforme legislação aplicável;
- demais documentos eventualmente exigidos pela fiscalização contratual.

## **Procedimentos de Conferência**

A fiscalização realizará a conferência dos quantitativos fornecidos com base:

- nas ordens de fornecimento emitidas;
- nos comprovantes de entrega;
- nos registros realizados no momento do recebimento;
- nos controles internos da execução contratual;
- nos documentos fiscais apresentados pela contratada.

Somente serão considerados para pagamento os quantitativos efetivamente entregues, recebidos e aceitos pela Administração.

**Os itens deste termo de referência mesmo entregues e aceitos ficam sujeitos à substituição, desde que comprovada à má-fé do fornecedor ou este estiver em desacordo constatado quando de seu uso, conforme disposto na Lei nº. 8.078, de 11/09/90 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor).**

## **Liquidação e Pagamento**

A liquidação da despesa ocorrerá após verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais, conferência da documentação exigida e atesto definitivo da execução pela fiscalização competente.

O pagamento será realizado conforme prazo estabelecido no instrumento convocatório e/ou contrato, mediante ordem bancária em favor da contratada, após regular liquidação da despesa, observadas as condições previstas na Lei nº 14.133/2021.

Na hipótese de irregularidade na documentação, divergência de quantitativos, inconsistência técnica ou descumprimento contratual, o prazo de pagamento ficará suspenso até a devida regularização pela contratada, sem prejuízo das medidas administrativas cabíveis.

Prazo de Pagamento será de 20 dias corridos, contados a partir da regular liquidação da despesa, nos termos do Decreto Municipal nº 4.962/2026;

Reajuste previsto pelo IPCA, da periodicidade de 12 meses, e data-base atrelada ao mês de orçamento estimado (Abril de 2026), nos termos do art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

## **6. VALIDADE E GARANTIA**

### **Prazo de validade**

Os itens descritos neste Termo de Referência deverão ser entregues com um prazo de validade de acordo com o fabricante, considerando a data de entrega. O fiscal de contrato poderá solicitar a suspensão dos itens quando entender que esteja em desconformidade com o objetivo da compra.

### **Garantia**

Só serão recebidos produtos que estiverem em conformidade com as especificações determinadas pela contratante.

Garantia exigida do fabricante será de prazo não inferior a 12 (doze) meses.

As regras estabelecidas neste termo de referência, especialmente aqueles referentes a prazos, poderão ser derogadas por outras previstas em legislação específica, se adotado procedimento de aquisição que deva observar regras incompatíveis com aquelas aqui estabelecidas.

Os produtos deverão estar de acordo com o disposto na legislação principalmente em conformidade com as normas da ABNT.

As penalidades em caso de descumprimento das cláusulas estipuladas estão previstas na minuta da ata de registro de preços.

Fica estipulado que as informações constantes neste termo de referência se complementam com as exigências do edital e a minuta da ata de registro de preços que compõem o processo licitatório.

## **7. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

A gestão e fiscalização da futura contratação serão exercidas por servidores formalmente designados pela Administração, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar, controlar e fiscalizar a execução da ata de registro de preços e das contratações dela decorrentes.

### **Gestor do Contrato**

O gestor do contrato será o servidor designado pela autoridade competente para coordenar a execução contratual, acompanhar a vigência da ata e adotar as medidas necessárias ao fiel cumprimento das obrigações pactuadas.

Compete ao gestor do contrato, dentre outras atribuições:

- acompanhar a execução global da contratação;
- controlar saldo, vigência e utilização da ata de registro de preços;
- promover a interlocução entre Administração e contratada;

- encaminhar demandas, solicitações e comunicações oficiais;
- solicitar aplicação de penalidades quando constatadas irregularidades;
- adotar providências para saneamento de falhas identificadas;
- instruir processos de pagamento, reajuste, prorrogação e eventual alteração contratual;
- registrar ocorrências relevantes relacionadas à execução contratual.

### **Fiscais do Contrato**

A fiscalização contratual será exercida por servidor(es) designado(s), podendo compreender fiscalização técnica e administrativa, conforme a natureza da contratação.

Compete aos fiscais do contrato:

- acompanhar as entregas do concreto usinado FCK;
- verificar o cumprimento das especificações técnicas contratadas;
- conferir quantitativos fornecidos;
- fiscalizar prazos de entrega e condições de transporte;
- verificar a qualidade, trabalhabilidade e conformidade do concreto entregue;
- solicitar correções e substituições quando identificadas irregularidades;
- registrar ocorrências em relatório próprio;
- atestar o recebimento do objeto para fins de pagamento;
- comunicar imediatamente ao gestor eventuais falhas ou descumprimentos contratuais.

### **Procedimentos de Acompanhamento e Fiscalização**

O acompanhamento da execução contratual ocorrerá de forma contínua durante toda a vigência da ata e das contratações dela decorrentes, mediante:

- controle das solicitações e ordens de fornecimento;
- verificação das entregas realizadas;
- acompanhamento dos locais de aplicação do concreto;
- análise de documentos técnicos e controles tecnológicos, quando aplicável;
- emissão de registros, notificações e relatórios de fiscalização;
- verificação da conformidade do objeto com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

### **Comunicação entre Contratante e Contratada**

As comunicações entre a Administração e a contratada ocorrerão preferencialmente por meio eletrônico e/ou mediante notificações formais, assegurando registro e rastreabilidade das informações.



A contratada deverá manter canais permanentes de comunicação para atendimento das demandas da Administração, especialmente quanto ao agendamento das entregas, atendimento emergencial, esclarecimento de dúvidas e solução de ocorrências relacionadas ao fornecimento.

### **Tratamento de Ocorrências**

As irregularidades verificadas durante a execução contratual serão formalmente registradas pela fiscalização e comunicadas à contratada para adoção das providências necessárias.

Poderão ser objeto de apontamento, dentre outras situações:

- atraso nas entregas;
- fornecimento de concreto em desconformidade com as especificações técnicas;
- falhas no transporte ou na logística de entrega;
- descumprimento de obrigações contratuais;
- ausência de documentação técnica exigida;
- condutas que comprometam a execução dos serviços de engenharia.

Não sanadas as irregularidades no prazo estabelecido pela Administração, poderão ser adotadas medidas administrativas e aplicação das penalidades cabíveis.

### **Aplicação de Penalidades**

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, observados o contraditório e a ampla defesa.

Poderão ser aplicadas, conforme a gravidade da infração:

- advertência;
- multa;
- impedimento de licitar e contratar;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

A aplicação das penalidades considerará a natureza e gravidade da infração, os danos causados à Administração, a reincidência e demais circunstâncias previstas na legislação aplicável.

## **8. MODALIDADE LICITATÓRIA**

A seleção do fornecedor será realizada mediante procedimento licitatório na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, pelo Sistema de Registro de Preços, com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se em razão da natureza parcelada e variável da demanda, permitindo à Administração realizar futuras contratações conforme necessidade efetiva, sem obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados.

## **Modalidade de Licitação**

A licitação será realizada na modalidade Pregão Eletrônico, por se tratar de aquisição de bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos da legislação vigente.

## **Critério de Julgamento**

O critério de julgamento adotado será o de menor preço global, observados os requisitos mínimos de qualidade, desempenho e especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

A escolha do critério de menor preço mostra-se adequada em razão da padronização do objeto e da possibilidade de comparação objetiva entre as propostas apresentadas pelos licitantes.

## **Forma de Disputa**

A disputa ocorrerá na forma aberta, mediante apresentação de lances públicos e sucessivos pelos licitantes, conforme regras definidas no edital e na legislação aplicável.

## **Requisitos de Habilitação**

Para fins de habilitação, os licitantes deverão comprovar:

- habilitação jurídica;
- regularidade fiscal, social e trabalhista;
- qualificação econômico-financeira;
- qualificação técnica compatível com o objeto da contratação;
- demais requisitos previstos no edital.

Poderá ser exigida comprovação de aptidão para fornecimento de concreto usinado, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, demonstrando experiência compatível com o objeto licitado.

## **Fundamentação Legal**

A contratação será realizada com fundamento:

- na Lei nº 14.133/2021;
- no art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, quanto à definição da modalidade pregão;
- nos dispositivos legais aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços;
- nas demais normas regulamentares pertinentes às contratações públicas.

A seleção da proposta mais vantajosa observará os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, economicidade, eficiência e interesse público.

## 9. ESTIMATIVA DE VALOR E PESQUISA DE PREÇOS

Estimativa do valor da contratação foi elaborada com fundamento em pesquisa de preços realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis, visando identificar valores praticados no mercado para objeto compatível com a presente contratação.

Para composição da estimativa, foram utilizados parâmetros obtidos por meio de pesquisa junto a fornecedores do ramo, consultas a contratações similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública, bancos de preços oficiais, atas de registro de preços vigentes e/ou sítios eletrônicos especializados, conforme documentação constante do processo administrativo.

A pesquisa de preços considerou objetos com especificações técnicas equivalentes, quantitativos compatíveis e condições semelhantes de fornecimento/execução, buscando assegurar a fidedignidade da estimativa e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Os valores coletados foram analisados criticamente, com a desconsideração de preços inexequíveis ou excessivamente elevados, quando identificados, adotando-se metodologia compatível para definição do valor estimado da contratação, conforme planilha anexada aos autos.

Assim, a estimativa final do valor da contratação corresponde ao montante apurado a partir da mediana dos preços válidos obtidos na pesquisa de mercado, conforme detalhamento constante nos documentos de formação de preços que integram este Estudo Técnico Preliminar.

A memória de cálculo, as cotações obtidas e os documentos que fundamentam a estimativa encontram-se devidamente juntados ao processo administrativo, servindo de base para a definição do valor estimado da contratação.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A contratação pretendida possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual do exercício de 2026, bem como compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, nos termos dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Lei Federal nº 14.133/2021.

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de dotação orçamentária própria, consignada no orçamento vigente, a ser indicada pela Secretaria competente no momento da formalização do contrato/empenho.

A reserva orçamentária será emitida previamente à contratação, observando-se a disponibilidade financeira e orçamentária da Administração Pública.

Por fim, ratifica-se que a presente demanda decorre de fato previsível, e encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações - DFD nº 306/2026.

Dotação Orçamentária: 02.07.02.26.782.2044.1012.3.3.90.30.00 - Ficha 237;

Dotação Orçamentária: 02.07.02.26.782.2041.2025.3.3.90.39.00 - Ficha 234;

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ANA CAROLINA GUISELLI ALVES**

Equipe de apoio

**MAURO HADDAD ANDRINO**

Autoridade competente

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - Planilha Mediana Ata Concreto - Rev2.pdf (592.85 KB)
- Anexo II - Anexo II - Planilha Quantitativa.pdf (380.93 KB)